

25 JUN 1987

Ministros militares vetam anistia com reintegração

BRASÍLIA — Os ministros militares, reunidos no ministério da Aeronáutica, rejeitaram a fórmula, embutida nos relatórios da Comissão da Ordem Social e da Comissão da Soberania, que concede aos militares punidos por atos políticos, anistia com direito a reintegração e vantagens e promoções a que fariam jus se estivessem na ativa.

“Esse texto em estudo pela Constituinte impõe coisas que maculam a hierarquia”, advertiu o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, após encontro de três horas com os ministros da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, e da Marinha, almirante Henrique Saboya; e os chefes do SNI, general Ivan de Souza Mendes, e do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo de Campos Paiva.

Segundo Leônidas, além de desprestigiar a hierarquia, a anistia aprovada nas comissões da Constituinte é onerosa para as Forças Armadas. “O volume de recursos da força se elevará a alguns bilhões”, previu.

O ministro do Exército elogiou “o digno trabalho dos constituintes”, mas ressaltou que a aprovação do texto da anistia, na forma que foi colocado, não atende “aos interesses das Forças Armadas”. Explicou que o retorno dos oficiais punidos “não tem respaldo em nossas necessidades” e afirmou que as promoções concedidas, na presunção de que os cassados teriam, uma vez na ativa, passado por todos cursos e concursos, “são injustas com os militares que ficaram”.

“Eles (os militares punidos) estão desatualizados e não estão preparados para a reintegração. Não há vagas para todos. Veja, por exemplo, se a senhora entregaria seu corpo para um cirurgião que não opera há mais de cinco anos? A resposta é não”, disse Leônidas a uma repórter.

Segundo Moreira Lima, a proposta das comissões, ao estender a anistia aos cabos, soldados e marinheiros expulsos por motivos políticos permite que os punidos por atos administrativos também requeiram, “por similitude, a reintegração à força. Se começar assim, vamos ter que readmitir 500 mil que deixaram a força nesses últimos 20 anos”.

Golpe — Depois de afirmar que “os militares não farão lobby e sim usarão seu poder de argumentação”, o ministro da Aeronáutica afastou qualquer possibilidade de golpe. “Temos que deixar aquele estágio de republiqueta de segunda classe”, afirmou, observando que a possibilidade de golpe não sensibiliza as Forças Armadas. Ele rebateu acusações contra militares do governo passado. Admitiu que há grupos insatisfeitos, mas “que não têm nenhuma repercussão dentro da força”.

O general Leônidas disse que desconhece a existência de insatisfação nos quartéis e garantiu que, durante o encontro de chefes militares no Ministério da Aeronáutica, nada se discutiu sobre o assunto. Provocado por repórteres, o ministro do Exército falou, ainda, sobre os seguintes temas:

Parlamentarismo — “Prefiro o presidencialismo, mas o que for decidido será aceito por todos nós. Faltam algumas condições para o parlamentarismo no Brasil.”

Estabilidade aos 90 dias — “É um desserviço para o trabalhador e para o país a estabilidade a partir de 90 dias de trabalho. Os trabalhadores serão dispensados antes de completar três meses.”

Jornada de 40 horas — “Também sou contra. Em apenas três dias cumpri essa jornada.”



Leônidas: reintegração fere a hierarquia

Suplente assume — Só a partir do dia 29 deste mês a Constituinte vai trabalhar com todas as suas vagas ocupadas, já que até agora trabalharam 558 deputados e senadores. O ausente é o suplente de senador Mendes Canale (PMDB-MS), que deveria ter assumido a vaga do senador Marcelo Miranda, que ganhou a eleição para governador do Mato Grosso do Sul. Canale é superintendente da Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste) e está esperando a posse de seu substituto para assumir sua cadeira na Constituinte. Ontem, o presidente Sarney nomeou o novo titular da Sudeco, Ramez Tebet. Quando ele assumir, Mendes Canale toma posse no Senado e fecha a 559ª vaga na Constituinte.

Proposta extingue o Conselho de Segurança

BRASÍLIA — Os militares sofreram a primeira derrota na Constituinte. O grupo dos quatro (Fernando Henrique Cardoso, Nelson Jobim, Wilson Martins e José Inácio) — que auxilia o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), na redação do anteprojeto da Constituição — propôs a extinção do Conselho de Segurança Nacional.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) alegou que, como os relatórios das comissões temáticas prevêem a criação do Conselho da República e o Conselho Constitucional, “não será mais necessário o Conselho de Segurança Nacional”.

Explicações — O presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), e o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, apoiaram prontamente a proposta, que agora deverá ser cuidadosamente explicada aos militares. O jurista Miguel Reale Júnior, assessor de Ulysses, começará a fazer isso semana que vem, em conferência na Escola Superior de Guerra. “Acho que não vai ser difícil eles entenderem”, acredita.

A razão para a extinção do Conselho de Segurança Nacional está no fato de que o Conselho Constitucional e o Conselho da República, concebidos pelas comissões da Organização Eleitoral e da Organização dos Poderes, têm previstas em suas competências atribuições que hoje estão com o Conselho de Segurança Nacional. Caberá, por exemplo, ao Conselho da República decidir sobre declaração de guerra, intervenção federal nos estados e decretação dos estados de alarme, calamidade e sítio.

Pela proposta do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), relator da Comissão de Organização Eleitoral, o Conselho Constitucional será órgão de assessoria direta do presidente da República nas questões de segurança nacional. Além do presidente da República, do vice-presidente e dos ministros, será integrado pelos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

A proposta do relator da Comissão de Organização dos Poderes, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), institui o parlamentarismo e com ele o Conselho da República, composto pelo primeiro-ministro; pelos presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal; pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado; e por seis cidadãos brasileiros natos, maiores de 35 anos, indicados pelos poderes Executivo e Legislativo para um mandato de três anos.

Concessões — Uma das últimas decisões tomadas ontem pelos relatores adjuntos foi a definição de empresa nacional. Com o acréscimo do adjetivo “decisório” o artigo aprovado pela Comissão da Ordem Econômica ficou assim: “Empresa nacional é a pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle decisório e de capital estejam em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país, ou por entidades de direito público interno”.

Por decisão do grupo ficou estabelecido, também, que o Congresso, por falta de condições técnicas, não terá poderes exclusivos para conceder canais de rádio e televisão.

Cabral usa consenso para fazer relatório

A Comissão de Sistematização não propôs qualquer modelo de representação sindical à Constituinte. A decisão foi tomada na madrugada de ontem pelo relator da comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), depois de ouvir os líderes do PMDB na Assembleia, senador Mário Covas (PMDB-SP), e no Senado, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que antes trataram do assunto com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. O PMDB e o relator acham que a Constituição deve limitar-se a garantir a liberdade da organização sindical.

Salário-educação, contribuições para o sistema previdenciário, e a sobrevivência do Finsocial, do Sesc e do Sesi igualmente mereceram atenção especial de Cabral e sua equipe. Das reuniões participaram também os relatores das Comissões de Ordem Social, senador Almyr Gabriel (PMDB-PA), e do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, deputado José Serra (PMDB-SP), convocados para discutir a compatibilização de pontos conflitantes de seus relatórios.

O relator adotou o recurso de tentar o consenso entre os relatores, o que, segundo ele, deu certo, permitindo rapidez ao trabalho de compatibilização temática. O relatório, a ser ultimado hoje por Cabral, será entregue amanhã às 16h ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Terá aproximadamente 500 artigos e um mínimo de “treze pontos polêmicos”. Entre eles, a definição de propriedade sujeita a desapropriação, a criação do Conselho de Comunicações, anistia para os militares, parlamentarismo e reserva de mercado.

O último dia de trabalho do relator da Comissão de Sistematização e seus quatro relatores adjuntos resultou nas seguintes definições:

Organização sindical — Ficou decidido que o parecer de Cabral garantirá a liberdade de organização sindical, delegando à lei ordinária a disposição sobre a forma de representação sindical (unicidade: sindicatos por categoria profissional, ou pluralidade: sindicatos por locais de trabalho). Ainda não há decisão sobre com tribuição sindical.

Salário Educação — O relator rejeitou a extinção do benefício proposto pelo relatório da Comissão de Ordem Social.

Sesc-Sesi — A omissão do texto da Comissão de Ordem Social sobre a permanência destes organismos, não será repetida no relatório de Cabral. O texto final do parecer será redigido de forma a manter a situação atual destas entidades.

Anistia — Assegurada a reintegração dos militares cassados, com todos os direitos e vantagens, inclusive indenização.

Conselho de Segurança Nacional — Abolido. Em seu lugar, surge o Conselho da República, composto pelos presidentes da República, do Senado e da Câmara, além do primeiro-ministro, dos líderes da maioria e minoria, ministro da Justiça, um ministro militar com rodízio anual e seis cidadãos civis (dois indicados pelo presidente da República, dois eleitos pelo Senado e dois pela Câmara).

Reforma agrária causa reação dentro do PMDB

A alteração do texto aprovado pela Comissão da Ordem Econômica referente à reforma agrária, feita pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e a cúpula do PMDB, provocou imediata reação de pemedebistas conservadores.

“Se a cúpula do meu partido está influenciando dessa forma, está influenciando anti-regimentalmente”, afirmou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). O deputado Jorge Viana (PMDB-BA), autor do substitutivo aprovado pela Ordem Econômica, considerou a alteração de seu texto “um escárnio à liberdade de decisão da comissão”.

Cabral, após reuniões com o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o líder do governo, deputado Carlos Sant’Anna, e os quatro relatores adjuntos — senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), José Inácio (PMDB-ES) e Wilson Martins (PMDB-RS) e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) — decidiu não incluir no anteprojeto que submeterá ao plenário da Sistematização a definição de reforma agrária aprovada pela Ordem Econômica.

Pelo substitutivo de Jorge Viana, a União só desapropriaria terras “improdutivas, em zonas prioritárias, mediante pagamento de prévia e justa indenização” em títulos da dívida pública, no caso de terras nuas, e em dinheiro, se houvesse benfeitorias. A cúpula do PMDB e o relator da Sistematização optaram pelo texto do senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão de Soberania, que estabelece indenização em dinheiro apenas no caso de bens de uso pessoal ou familiar. “A Comissão de Sistematização só pode compatibilizar e não optar”, reagiu Roberto Cardoso Alves.

Divisão de estado não tem apoio de Arinos

Se depender de Afonso Arinos, Mário Covas e Bernardo Cabral, nenhum estado brasileiro será desmembrado por decisão da Constituinte. Eles disseram a um grupo de representantes de entidades civis e parlamentares baianos liderados pelo Presidente da Associação Comercial da Bahia, Juvenalito Gusmão, que a idéia de desmembrar estados é absurda, exigiria muito dinheiro e é assunto para lei ordinária.

O grupo esteve primeiro com Bernardo Cabral e Afonso Arinos e encontrou o presidente da Comissão de Sistematização já com posição tomada sobre o assunto: “Isso é um absurdo, é uma loucura. Temos que derrubar essa proposição no plenário”, disse, após ouvir os argumentos do grupo contrário ao desmembramento.

“É um absurdo tratar da criação de estados na Constituinte”, afirmou Afonso Arinos, acrescentando que a idéia o atinge pessoalmente, por ser mineiro da cidade de Paracatu, município que passaria a integrar o novo estado do Triângulo.

Ele acusou também os constituintes engajados nos desmembramentos de estarem jogando com o lado emocional das populações, sem levar em conta as despesas que isso geraria.

“Havendo emenda supressiva, eu acolho imediatamente”, prometeu Arinos. Já o senador Mário Covas entende que houve falta de bom senso na aprovação das propostas na Comissão Temática.